

The book cover features a central red band with white text. Above and below this band are panels with abstract, textured backgrounds and stylized illustrations. The top-left panel is brown with faint, overlapping faces. The top-right panel is green with a stylized figure holding a lit candle. The bottom-left panel is green with a stylized figure with raised arms and a square above its head. The bottom-right panel is light green with faint, overlapping faces.

HISTÓRIA SOCIAL DOS DIREITOS HUMANOS

José Damião de Lima Trindade



Viagem ao passado ocidental

Desde que os revolucionários franceses, a partir de 1789, passaram a proclamar aos quatro ventos sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a idéia de “direitos humanos”, malgrado contramarchas, só ganhou respeitabilidade, a ponto de hoje desfrutar de quase unanimidade mundial – o que, com certeza, nada nos informa quanto ao modo como, em cada canto deste vasto mundo, essa teoria faz seu salto para a prática, ou mesmo o que significa, na prática, esse salto. Talvez não tenha havido opressor nos últimos duzentos anos, ao menos no Ocidente, que não tivesse, em algum momento, lançado mão da *linguagem* dos direitos humanos. Hitler foi apenas mais um a adotar esse procedimento.

Os jovens tenentes franceses que, durante a guerra de libertação nacional da Argélia, torturavam guerrilheiros presos para extrair-lhes informações eram os mesmos que pouco antes haviam cantado as estrofes “contra a tirania” de *A Marselhesa*. Os Estados Unidos da América, país que ensina seus estudantes a repetirem de memória passagens libertárias de sua Declaração da Independência, não hesitaram em apoiar ou instalar ditaduras ao redor do mundo durante a maior parte da segunda metade do século XX – envolveram-se diretamente em golpes de Estado. Sua Escola das Américas¹, centro de formação de militares estrangeiros (antes localizado no canal do Panamá, atualmente em Fort Benning, Geórgia), utilizou até 1992, nas aulas para os oficiais latino-americanos, manuais que ensinavam técnicas de tortura em interroga-

1. Em janeiro de 2001 alterou sua denominação para Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança.

intelectuais com base no patrimônio cultural da humanidade e na vivência social concreta desses pensadores, são muito importantes, ainda mais se a sua época já suscitou ou está em vias de suscitar.

Mas não basta a simples existência de idéias transformadoras para que o mundo se transforme. É necessário, como se sabe, que as idéias conquistem um grande número de seguidores dispostos a colocá-las em prática, mesmo correndo riscos, o que só acontecerá se eles se convencerem, mesmo de modo algo intuitivo, de que essas idéias vão na mesma direção, tornam mais clara ou organizam a luta que já travam por seus interesses, necessidades ou aspirações coletivas. Depois, será preciso ainda que estejamos diante de condições sociais e históricas que favoreçam, ou não impossibilitem, a mudança pretendida e que, além disso, os interessados consigam desenvolver os meios apropriados para vencer a resistência, sempre feroz, dos que se opõem à transformação. É muito difícil combinarem-se todas essas condições. E, no entanto, elas estavam reunidas, de modo mais ou menos acentuado, em alguns países europeus no final do século XVIII, particularmente na França.

O que pretendiam e por quais causas lutavam aqueles franceses que em nome dos direitos humanos, fizeram uma revolução tão sangrenta? Contra que lutavam? A resposta pode começar pela última das perguntas: lutavam contra o feudalismo, ou o que restava dele. Para a compreensão dos primórdios da história social dos direitos humanos, será útil trazer à memória seus traços mais gerais.

Barões, bispos, servos da gleba

O feudalismo foi um modo de organização da sociedade e da produção social que dominou, durante um período imenso da história, toda a Europa (não é o caso de discutir aqui os modos de existência assumidos pelo feudalismo na Ásia). Sua primeira característica a que convém chamar a atenção é que se baseava numa rígida estratificação social fundada no princípio do privilégio de nascimento. Daí derivavam amarras sobre todas as atividades e sobre toda a vida das pessoas. Na fase áurea do feudalismo essas amarras eram muito fortes e decorriam do próprio modo como a economia da sociedade estava organizada. Como a terra era praticamente a única fonte de sobrevivência e riqueza e conservada como bem "fora do comércio", seu controle por nobres e

José Damiano de Lima Torres

membros da alta hierarquia da Igreja garantia-lhes um imenso domínio político, jurídico e ideológico sobre a população.

O "feudo", domínio territorial de um "senhor" – geralmente barão ou bispo –, consistia quase sempre em uma pequena aldeia de camponeses e suas áreas circundantes, às vezes incrivelmente vastas: "O senhor de terras característico das áreas de servidão era assim um nobre proprietário e cultivador ou um explorador de enormes fazendas. A vastidão desses latifúndios era espantosa: Catarina, a Grande, deu entre 40 mil e 50 mil servos aos seus favoritos; os Radziwill, da Polônia, tinham fazendas tão grandes quanto metade da Irlanda; Potocki possuía três milhões de acres na Ucrânia; os Esterhazy, húngaros (patronos de Haydn), possuíam em certa época sete milhões de acres. Eram comuns as fazendas de várias centenas de milhares de acres. Embora muitas vezes descuidadas, primitivas e improdutivas, elas forneciam rendimentos principescos. O grande nobre espanhol podia, conforme observou um visitante francês sobre as desoladas fazendas Medina Sidonia, 'reinar como um leão na selva e espantar com seu urro tudo o que dele se aproximasse', mas nunca estava sem dinheiro, mesmo pelos padrões dos milordes britânicos"².

Os pastos e florestas dos feudos eram de uso comum, mas as terras aráveis estavam divididas entre aquelas cujos produtos e rendimentos pertenciam ao senhor (geralmente um terço do total) e as restantes, que os senhores permitiam aos camponeses usar para sua sobrevivência. Em contrapartida, os camponeses e seus familiares eram forçados à "corvéia" (trabalho gratuito) durante dois ou três dias da semana nas terras do senhor, deviam pagar impostos ao rei, dízimos à Igreja, uma infinidade de taxas em moeda ou em produtos de suas colheitas particulares, prestar serviços domésticos na casa ou castelo do senhor e nas igrejas, lutar nas guerras quando convocados pelo senhor... Não bastasse tudo isso, tinham ainda de curvar-se a uma série de obrigações, proibições e atitudes de vassalagem – em algumas regiões, até infames, como submeter-se ao *jus primae noctis*, também conhecido como direito de "pernada", pelo qual o senhor da terra podia exigir relações sexuais de toda jovem aldeã de seu feudo na noite em que ela se casasse. Se a terra mudasse de senhor, o camponês era transferido junto com ela (era "servo da gleba"), como as áreas de cultivo, bois, carroções e outros bens móveis, imóveis ou semoventes. Sua condição social diferia dos antigos escravos em dois

2. Eric J. Hobsbawm. *A era das revoluções – 1789/1848*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, pp. 31-32.

aspectos principais, não podia ser vendido separado da terra (exceto na Rússia e em partes da Polônia) e tinha direito a uma espécie de usufruto oneroso à fração de solo arável e tinha direito a uma espécie de usufruto sempre respeitado, quando convinha ao senhor lhe concedia (direito nem Uma economia assim organizada conseguia produzir muito poucos excedentes para a troca externa ao feudo, limitando-se praticamente à subsistência. Dos mercadores das cidades comprava-se sal, artefatos de ferro e pouca coisa mais. A mobilidade social estava perto de ser nula. Nas más colheitas, fomes horrosas se alastravam – menos, é claro, entre a nobreza e o alto clero, que estocavam grãos e, em tese, deveriam prestar assistência cristã aos famintos, inválidos, viúvas e órfãos.

O feudalismo era um mundo rural: milhares de aldeias dispersas pelos feudos, pequenas cidades nas províncias, raras cidades maiores, todas vivendo à sombra dos senhores feudais. Mesmo no final do século XVIII, na Europa só havia duas cidades que, pelos padrões atuais, poderiam ser chamadas de grandes: “Londres, com cerca de um milhão de habitantes, e Paris, com cerca de meio milhão – e umas 20 outras com uma população de 100 mil ou mais, duas na França, duas na Alemanha, talvez quatro na Espanha, talvez cinco na Itália (o Mediterrâneo era tradicionalmente o berço das cidades), duas na Rússia e apenas uma em Portugal, na Polónia, na Holanda, na Áustria, na Irlanda, na Escócia e na Turquia europeia”. Os mestres artesãos urbanos, em suas oficinas domésticas, com um ou dois aprendizes, ou dois ou três empregados (geralmente ex-aprendizes que não conseguiram se estabelecer), estavam rigidamente organizados em “corporações de ofícios” que regulamentavam tudo, em minúcias, desde o modo de produzir cada artigo, seu preço, até a interdição do exercício da profissão aos não-autorizados.

A onipresente ideologia religiosa condenava a usura como pecaminosa, o lucro como imoral, a ambição de enriquecer como certeza de danação infernal. As Sagradas Escrituras, bradavam os padres, não deixavam dúvida quanto a isso. “Que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro, mas perder a sua alma?” (Mateus, 16,26). “Se quer ser perfeito, venda tudo que tem, dê o dinheiro aos pobres, e terá um tesouro no céu” (Mateus, 19,21). “E digo ainda: é mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus” (Mateus, 19,24). Vejam o exemplo de um julgamento ocorrido em Boston, em 1639: “Está

3. *Ibid.*, p. 27.

havendo um julgamento; um tal de Robert Keayne (...) é acusado de crime hediondo, teve mais de seis *pence* de lucro sobre um xelim, ganho esse considerado ultrajante. A corte debate se deve excomungá-lo pelo pecado cometido, mas, em vista de seu passado sem manchas, finalmente se abrandou e lhe dá a liberdade com uma multa de duzentas libras”⁴.

Mas esse é um retrato estático e esquemático da economia feudal clássica, útil para efeito de contraste, pois no ventre do feudalismo, e apesar dele, as forças econômicas e sociais de sua futura destruição germinavam e se debatiam. Para começar, a classe dos camponeses servos, larga maioria da população, malgrado gerações de resignada imobilidade (todos os domingos era-lhe recordado nos sermões que o poder tinha origem divina), volta e meia se revoltava, às vezes aos milhares e de modo muito violento. Em algumas ocasiões, os servos arrancavam concessões importantes aos senhores, outras vezes eram massacrados. Mas na primeira onda de fome esqueciam o medo e recomeçavam tudo. Até acontecimentos inesperados podiam contribuir para reacender essas irrupções.

A Peste Negra

Em 1347, navios mercantes italianos vindos da região do mar Negro, onde costumavam comprar tecidos e peles transportadas da Mongólia e da China pela Rota da Seda, trouxeram ao porto de Gênova passageiros indesejáveis nos seus porões, ratos, com pulgas contaminadas por uma moléstia terrível, que logo contaminaram todos os ratos da cidade, e os das cidades e países vizinhos. À medida que a população de roedores ia morrendo, as pulgas passaram a se alimentar do sangue das pessoas, que começaram a morrer aos milhares e, em seguida, aos milhões. Durante os quatro anos mais agudos desse primeiro surto, a Peste Negra (em suas variantes bubônica, pneumônica e septicêmica) ceifou a vida de mais de vinte milhões de pessoas em toda a Europa – cerca de um terço da população do continente –, não poupando nenhum país e quase nenhuma comunidade, do Mediterrâneo à Escandinávia, de Londres a Moscou. Matou, em números absolutos, mais seres humanos do que toda a Primeira Guerra Mundial. A epidemia só se deteve nas fímbrias do oceano Ártico, onde os ratos não sobrevivem ao frio extremo, mas outros surtos tornaram a peste um flagelo periódico na Europa até o século

4. Robert Heilbroner. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 25.

nicos em geral). Vitorioso num primeiro momento, o *povo magro* obrigou o governo de Florença a aceitar no seu Conselho representantes das recém-criadas corporações de ofício dos trabalhadores diaristas e dos pequenos artesãos. Mas o *povo gordo*, que, embora derrotado, continuava de posse dos seus bens, vingou-se fechando suas oficinas, seus bancos, o comércio, tudo. Desempregados e famintos, os trabalhadores começaram nova rebelião – mas, dessa vez, ficaram isolados: os pequenos artesãos já estavam cooptados aos ricos em troca de algumas vantagens políticas. Resultado: massacre dos trabalhadores. Essa “Revolta dos Ciompi” talvez tenha sido a primeira insurreição operária de que se tem notícia.

Essa sequência de convulsões iniciadas na segunda metade do século XIV, renovada periodicamente em consequência de guerras intermináveis entre as cabeças coroadas da Europa, que desgraçavam a vida da classe camponesa, e ondas de fome que tornavam manifesta e intolerável a situação de privilégios da nobreza e do alto clero, abriu a época dos grandes abalos sociais que, ao longo dos próximos quatrocentos anos, terminariam por deitar por terra o edifício do feudalismo europeu. A sociedade europeia não era mais a mesma de antes, os reis, nobres e padres não conseguiam mais exercer seu domínio.

Entenda-se bem: a grande Peste Negra, é claro, não determinou o declínio do feudalismo, sequer o iniciou. Mas suas drásticas consequências demográficas imediatas acabaram, surpreendentemente, propiciando condições sociais que favoreceram o recrudescimento das lutas dos servos contra os senhores feudais – estas, sim, a longo prazo, decisivas.

Novos atores entram em cena

A além dos camponeses periodicamente rebelados, uma outra força social há tempos vinha, lentamente, ganhando fôlego. Essa força, como a história iria demonstrar, não estava para brincadeiras: a burguesia. “Burgueses”, inicialmente, era a denominação genérica dos habitantes dos “burgos”, pequenas cidades que surgiam nos cruzamentos de rotas comerciais, ou ao longo dessas rotas, às vezes fortificadas para proteger as caravanas contra os bandos de salteadores que proliferavam nas estradas naquele tempo. De modo esperável, à medida que iam crescendo passaram a aglomerar toda sorte de pessoas “livres”, isto é, que não estavam mais submetidas às glebas dos barões e bispos, porque haviam comprado essa liberdade, ou porque haviam fugido de seus senhores

rurais, ou ainda porque vinham de famílias que sempre haviam-se dedicado exclusivamente a atividades artesanais ou mercantis; ou eram funcionários administrativos, advogados ou outros profissionais que não residiam há muito tempo nos feudos; ou ainda uma massa disforme de adultos sem ocupação definida ou constante e crianças que buscavam sobreviver como aprendizes nas corporações de ofícios, serviços diversos ou, simplesmente, mendigos.

Com o tempo, aos poucos, uma parte desses cidadãos conseguiu acumular algum capital nas práticas do comércio, da usura (apesar da condenação da Igreja aos empréstimos com juros) e da exploração de força de trabalho alheia (ainda em pequena escala), empreitando a produção de artefatos de uso corrente, artigos de luxo para consumo da nobreza ou equipamentos para as guerras intermitentes, vindo a constituir uma pequena elite economicamente independente que, por não se ocupar de trabalhos braçais e ostentar um padrão de vida superior, discernia-se da massa dos habitantes dos burgos e das cidades maiores. Nos séculos XV e XVI, essa classe burguesa em sentido estrito já era muito ativa e influente na maioria das cidades da Europa ocidental. Emprestava dinheiro a reis, a mercadores, a senhores feudais em dificuldades, fornecia assessores competentes para a administração do Estado monárquico e estava envolvida em todos os negócios florescentes da época, como bancos, construção naval, abertura de manufaturas e exploração dos “novos mundos” incorporados pelas grandes descobertas marítimas. Entre os séculos XVII e XVIII, a burguesia já estava bastante diversificada em vários estratos, desde os mestres artesãos que expandiram suas oficinas contratando muitos empregados e montando manufaturas até grandes (para a época) industriais e banqueiros, e constituía o que podia ser chamado de uma classe “média” – no sentido de setor intermediário entre a aristocracia e a grande massa do povo.

Decididamente, a sociedade feudal não combinava com as possibilidades que os burgueses viam diante de si. Os laços senhoriais e a ideologia que os legitimavam eram camisas-de-força para expansão do mercado, crescimento do trabalho assalariado, florescimento da produção de mercadorias – enfim, para o maior enriquecimento desses empreendedores plebeus das cidades. Essa nova classe social tinha, pois, boas razões para ver com interesse as reivindicações dos camponeses, porque também sentia, a seu modo, as amarras do feudalismo – embora, por conveniência de seus negócios, adotasse sempre a cautelosa posição

de manter-se a distância dessas agitações sociais (mais tarde, a mesma conveniência dos negócios a induziria a mudar de atitude).

Esse conjunto de contradições internas ao modo de produção feudal foi seu elemento dinâmico de transformação. Os camponeses continuaram se rebelando, o comércio seguiu se desenvolvendo, as cidades crescendo, conquistando autonomia e se diversificando socialmente, a burguesia se fortalecendo, a nobreza e o clero perdendo terreno (ao menos no plano econômico). "A velha organização feudal rompeu-se sob a pressão de forças econômicas que não podiam ser controladas. E, em meados do século XV, na maior parte da Europa ocidental, os arrendamentos pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil e, além disso, muitos camponeses haviam conquistado a emancipação completa. (...) O trabalhador agrícola passou a ser algo mais do que um burro de carga. Podia levantar a cabeça com um ar de dignidade. (...) Transações que haviam sido raras na sociedade feudal tornaram-se habituais. Em lugares onde a terra, até então, só era cedida ou adquirida à base de serviços mútuos, surgiu uma nova concepção de propriedade agrária. Grande número de camponeses teve liberdade de se movimentar e vender ou legar a terra, embora tivessem que pagar certa importância para isso. (...) O fato de que a terra fosse assim comprada, vendida e trocada livremente, como qualquer outra mercadoria, determinou o fim do antigo mundo feudal. Forças atuando no sentido de modificar a situação varriam toda a Europa ocidental, dando-lhe uma face nova."⁷

As navegações intercontinentais, a descoberta do Novo Mundo, os avanços da mecânica, do conhecimento científico e da tecnologia, o crescimento da população e da demanda, a Reforma, o Renascimento, o triunfo do absolutismo etc. – todo o "clima" medieval seguiu transformando-se incessantemente, em compasso com as mudanças econômicas que se processavam e que minavam as bases de existência do modo de produção feudal e do correspondente modo de se organizar a sociedade. "Dos 22 milhões de camponeses existentes na França em 1700, havia apenas um milhão de servos, no sentido antigo."⁸ Um novo e revolucionário modo de produção, de organização social e de domínio do mundo, das coisas e das pessoas forcejava seu próprio parto. Ficou conhecido com o nome de "capitalismo".

⁷ *Idem*, pp. 51-52.

⁸ *Idem*, p. 147.